

Hospital Delphina Rinaldi Aziz

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ (CNPJ 23.453.830/0022-02)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
	Notas	2023	2022	Notas	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equiv. de caixa	4	30.800.566	15.331.107			
Contas a receber	5	79.132.758	57.667.063			
Estoques	6	16.068.015	12.914.676			
Outros créditos		404.811	428.629			
Despesas antecipadas		13.901	10.409			
Contratos de gestão	3m	213.988.347	-			
Total do Ativo Circulante		340.408.398	86.351.884			
Não Circulante						
Contas a receber	5	1.815.174	1.815.174			
Partes relacionadas	12	3.356.151	2.235.599			
Outros créditos		724.626	740.731			
Imobilizado – Próprio	7a	43.277	53.847			
Intangível – Próprio	7b	443	1.595			
Total do Ativo não Circul.		5.939.671	4.846.946			
Total do Ativo		346.348.069	91.198.830			
PASSIVO E PATR. SOCIAL						
Circulante						
Fornecedores	8	38.507.270	29.357.239			
Obrigações trabalhistas	9	18.788.579	11.007.009			
Obrigações sociais	10	3.338.655	2.115.475			
Obrigações fiscais		1.059.863	465.006			
Outras contas a pagar	11	7.171.305	5.378.340			
Partes relacionadas	12	973.742	398.344			
Contratos de gestão	3m	213.988.347	-			
Total do Passivo Circul.		283.827.761	48.721.413			
Não Circulante						
Provisão para conting.	13	1.016.547	-			
Total do Passivo não Circ.		1.016.547	-			
Patrimônio Social						
Patrimônio social	3k	41.128.184	4.848.943			
Superávit (déficit) acum.		20.375.577	37.628.474			
Total do Patrimônio Social		61.503.761	42.477.417			
Total do Pas. e Patr. Social		346.348.069	91.198.830			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimônio Social	Super./ (Déficit) Acumulado	Total
Saldos 31/12/2021	1.741.681	805.977	2.547.658
Incorp. ao Patrim. Social	805.977	(805.977)	-
Ajustes Patrimoniais	2.301.285	-	2.301.285
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	37.628.474	37.628.474
Saldos 31/12/2022	4.848.943	37.628.474	42.477.417
Incorp. ao Patrim. Social	37.628.474	(37.628.474)	-
Transferências	(1.349.233)	-	(1.349.233)
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	20.375.577	20.375.577
Saldos em 31/12/2023	41.128.184	20.375.577	61.503.761

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exercício	20.375.577	37.628.474
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização	11.722	10.359
Provisão para Contingências	1.016.547	-
Transferências	(1.349.233)	-
Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado	20.054.613	37.638.833
(Aumento) / Redução do Ativo		
Contas a Receber	(21.465.695)	(41.995.452)
Estoques	(3.153.339)	(1.598.430)
Outros Créditos	39.923	(7.911)
Despesas Antecipadas	(3.492)	(10.409)
Aumento / (Redução) do Passivo		
Fornecedores	9.150.031	11.124.710
Obrigações Trabalhistas	7.781.570	1.505.492
Obrigações Sociais	1.223.180	417.578
Obrigações Fiscais	594.857	(169.078)
Outras Contas a Pagar	1.792.965	904.407
Ajustes Patrimoniais	-	2.301.285
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	16.014.613	10.111.025
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	-	(60.303)
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	23.313
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	-	(36.990)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes Relacionadas	(545.154)	(3.820.517)
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	(545.154)	(3.820.517)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.469.459	6.253.518
No início do exercício	15.331.107	9.077.589
No fim do exercício	30.800.566	15.331.107
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Período	15.469.459	6.253.518

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	16.014.613	10.111.025
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	-	(60.303)
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	23.313
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	-	(36.990)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes Relacionadas	(545.154)	(3.820.517)
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	(545.154)	(3.820.517)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.469.459	6.253.518
No início do exercício	15.331.107	9.077.589
No fim do exercício	30.800.566	15.331.107
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Período	15.469.459	6.253.518

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Objetivos Sociais

O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz é uma unidade clínica e de referência cirúrgica da rede estadual de saúde, realizando serviços de média e alta complexidade, com suporte diagnóstico e terapêutico, a partir do fluxo organizado de referência e contra-referência abrangendo desde a atenção básica, todo atendimento voltado ao SUS. Em outubro de 2022 o hospital passou a implantar os serviços de transplantes renal, com atenção a demandas de intercorrências pré-transplante e pós-transplante, outra referência também foi o implante coclear. Em 2023 contém um total de 365 leitos, sendo 100 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Localizado na Avenida Torquato Tapajós, 9250, Colônia Terra Nova, 69.093-415, Manaus – AM.

b. Contrato de Gestão

O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, celebrando o 12º Termo Aditivo com validade até 30/09/2024. Em 2023, o Hospital renovou com o Ente Público a prestação de serviço de média e alta complexidade com ampliação das metas quantitativas e qualitativas do contrato de gestão. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 27 de Março de 2024. **c. Base de Mensuração** As informações contábeis foram pre-

paradas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado** **i. Reconhecimento e Mensuração** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa Anual de Depreciação - %
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são re-

Taxa Anual de Amortização - %

Software 20%

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. O superávit do exercício ocorre pelo não recebimento do recurso. Está ocorrendo alinhamento do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70) com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SES para realizar ações em prol da utilização do recurso da Saúde do Amazonas. **h. Reconhecimento de Receitas** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos** Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

Continua...

Continuação...
 de. **k. Patrimônio Líquido** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio social é de R\$ 41.128.184 e em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 4.848.943. Foi realizada a incorporação no valor de (R\$ 1.349.233) referente transferências com a UPA Campos Sales conforme autorização da SES AM (Ofic.º 3758/2022). Sendo (R\$ 1.005.659) destinado a reforma estrutural e até (R\$ 343.574) para aquisição de móveis e equipamentos. **I. Demonstrações dos Fluxos de Caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não representar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

	31/12/2022	31/12/2022
	reapresentado	reapresentado
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.331.107	15.331.107
Contas a receber	57.667.063	57.667.063
Estoques	12.914.676	12.914.676
Outros créditos	428.629	428.629
Despesas antecipadas	10.409	10.409
Partes relacionadas	-	-
Contratos de gestão	213.988.347	-
Total do Ativo Circulante	300.340.231	86.351.884
Não Circulante		
Contas a receber	1.815.174	1.815.174
Partes relacionadas	2.235.599	2.235.599
Outros créditos	740.731	740.731
Imobilizado - Próprio	53.847	53.847
Intangível - Próprio	1.595	1.595
Total do Ativo não Circulante	4.846.946	4.846.946
Total do Ativo	305.187.177	91.198.830

	31/12/2022	31/12/2022
	reapresentado	reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		
Circulante		
Fornecedores	29.357.239	29.357.239
Obrigações trabalhistas	11.007.009	11.007.009
Obrigações sociais	2.115.475	2.115.475
Obrigações fiscais	465.006	465.006
Outras contas a pagar	5.378.340	5.378.340
Partes relacionadas	398.344	398.344
Contratos de gestão	213.988.347	-
Total do Passivo Circulante	262.709.760	48.721.413
Não Circulante		
Partes relacionadas	-	-
Total do Passivo não Circulante	-	-

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
a. Imobilizado - Próprio

	Aparelhos Med. e Cir.	Eq. Informática	Máquina e Equip.	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	1.942	1.836	22.286	26.064
Aquisições	-	36.570	23.733	60.303
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	(23.313)	(23.313)
Depreciação	(235)	(5.402)	(3.570)	(9.207)
Saldo contábil líquido	1.707	33.004	19.136	53.847
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	1.707	33.004	19.136	53.847
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(235)	(8.027)	(2.308)	(10.570)
Saldo contábil líquido	1.472	24.977	16.828	43.277

b. Intangível - Próprio

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo inicial	2.747	2.747
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(1.152)	(1.152)
Saldo contábil líquido	1.595	1.595
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	1.595	1.595
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(1.152)	(1.152)
Saldo contábil líquido	443	443

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Materiais e medicamentos	4.032.211	4.637.858
Serviços	1.701.396	1.999.608
Serviços médicos	31.057.755	21.562.527
Diversos	1.715.908	1.157.246
Total	38.507.270	29.357.239

	2023	2022
Patrimônio Social		
Patrimônio social	4.848.943	4.848.943
Superávit (déficit) acumulado	37.628.474	37.628.474
Total do Patrimônio Social	42.477.417	42.477.417
Total do Passivo e Patr. Social	305.187.177	91.198.830

	2023	2022
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa em espécie	995	856
Banco conta movimento	-	-
Aplic. financ. de liquidez imediata	30.799.571	15.330.251
Total	30.800.566	15.331.107

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas. **5. CONTAS A RECEBER** O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, celebrando o 12º Termo Aditivo com validade até 30/09/2024.

	2023	2022
Circulante		
Contrato de gestão 001/2019	79.132.758	57.667.063
Total	79.132.758	57.667.063

	2023	2022
Não Circulante		
Contrato de gestão 001/2019 (i)	1.815.174	1,815.174
Total	1,815.174	1,815.174

(i) O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de períodos anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

	2023	2022
Aging List		
De 06 a 15 dias	23.776.483	23.776.483
De 16 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	21.127.517	23.776.483
De 61 a 90 dias	17.114.369	10.114.097
De 91 a 180 dias	17.114.369	-
De 181 a 360 dias	20	1.591.349
+ de 360 dias	1.815.174	223.825
Total	80.947.932	59.482.237

6. ESTOQUES

	2023	2022
Drogas e medicamentos	2.830.850	2.229.049
Materiais de uso do paciente	2.360.421	2.735.947
Fios cirúrgicos	314.380	86.445
Materiais de expediente e impressos	463.230	347.329
Dietas enterais e parenterais	411.357	403.838
Equipamento de proteção individual	218.127	245.230
Materiais de laboratório	1.856.895	1.044.179
Demais materiais	4.870.916	3.313.413
	13.326.176	10.405.430
Estoques cedidos pela SES/AM (i)	2.741.839	2.509.246
Total	16.068.015	12.914.676

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2023	2022
Ordenados e salários a pagar	3.071.318	3.969.493
Provisão férias	6.904.850	6.516.848
Provisões FGTS s/férias	552.033	520.668
Outras provisões	8.260.378	-
Total	18.788.579	11.007.009

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2023	2022
INSS a recolher	889.012	461.118
FGTS a recolher	961.856	671.218
IRRF s/ folha a recolher	1.207.960	779.156
Contr. sindical	9.045	8.830
Outros a pagar	270.782	195.153
Total	3.338.655	2.115.475

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2023	2022
Empréstimo consignado à funcionários	277.179	250.270
Verba piso salarial da enfermagem (i)	439.065	-
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	6.455.061	5.128.070
Total	7.171.305	5.378.340

(i) No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do

Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. (ii) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pelo Hospital. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2024.

12. PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
Ativo		
UPA 24H -CAMPOS SALES	3.356.151	2.235.599
Total Não Circulante	3.356.151	2.235.599
Passivo		
UPA 24H -CAMPOS SALES	593.742	-
SEDE ADMINISTRATIVA	380.000	398.344
Total Circulante	973.742	398.344

O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R\$ 380.000 (R\$ 398.344 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITO JUDICIAL a. Processos prognóstico de perda provável

A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis e Trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão. Em 2023 foi constituída provisões referentes aos processos trabalhistas no montante de R\$ 1.002.658, além de provisões para processos cíveis no valor de R\$ 13.889, totalizando R\$ 1.016.547.

	2023	2022
Provável		
Cível	13.889	-
Trabalhista	1.002.658	-
Total	1.016.547	-

b. Processos com prognóstico de perda possível Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2023	2022
Provável		
Trabalhista	3.595.726	2.051.125
Cível	460.000	-
Total	4.055.726	2.051.125

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de gestão	(4.560.000)	(2.914.980)
Aluguel de máquinas	(1.855.262)	(800.447)
Telefone	(91.695)	(191.989)
Água e esgoto	-	(860.316)
Manutenção e conservação	(17.351)	(18.004)
Viagens e hospedagem	(487.286)	(187.428)
Provisão para contingências	(1.016.547)	-
Outros	(466.578)	(524.457)
Total	(8.494.719)	(5.497.621)

15. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	17.802.945	17.400.116
INSS	17.802.945	17.400.116
COFINS	8.559.534	7.657.882
COFINS	8.559.534	7.657.882
Total	26.362.479	25.057.998

16. COBERTURA DE SEGUROS Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplic. financ. de liquidez imediata	30.799.571	15.330.251
Contas a receber	80.947.932	59.482.237
Total ativos financeiros	111.747.503	74.812.488
Fornecedores	38.507.270	29.357.239
Total passivos financeiros	38.507.270	29.357.239

18. GESTÃO DE RISCOS

A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros

Continua ...

Continuação...

i. Riscos de Liquidez As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso

um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **iii. Riscos Operacional** A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2022, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão Contrato 001/2019 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, após seu encerramento em 30 de setembro de 2024. Manaus - AM, 27 de Março de 2024.

Anderson Barros de Albuquerque
Diretor Executivo - CPF: 970.490.342-15
Joseph M. Feitosa Gomes - Contador CRC – AM
013291/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz Manaus - AM **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SES/AM como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público.

• Provisões para riscos e passivos contingentes Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos

responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **ênfases** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Amazonas), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceita fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. iii) Chamamos a atenção ao fato de que a entidade tem faturado normalmente os serviços executados junto a SES/AM, entretanto, não vem recebendo os valores correspondentes. A Administração julga não haver fatores de perda na recuperabilidade de seu contas a receber, entretanto, apresenta superávits consecutivos não correspondentes ao caixa disponível para execução das demais atividades. **Outros assuntos** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2024.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovom
Contador CRC 1SP 331.721/O-0